

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
CURSO DE FONOAUDIOLOGIA
TRABALHO DE MONOGRAFIA I

MARINA HAAS DE LEONE

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Porto Alegre

2014

MARINA HAAS DE LEONE

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de bacharel em Fonoaudiologia.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Luiza Milano

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Haas de Leone, Marina
Língua Brasileira de Sinais: uma perspectiva
enunciativa / Marina Haas de Leone. -- 2014.
39 f.

Orientadora: Luiza Milano.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de
Odontologia, Curso de Fonoaudiologia, Porto Alegre, BR-
RS, 2014.

1. Língua Brasileira de Sinais. 2. Enunciação. 3.
Fonoaudiologia. 4. Linguística. I. Milano, Luiza, orient.
II. Título.

MARINA HAAS DE LEONE

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado para obtenção do título em Bacharel em Fonoaudiologia no Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 03 de Dezembro de 2014.

Prof.^a Dra. Deborah Salle Levy
Coordenadora da COMGRAD Fonoaudiologia

Banca Examinadora

Prof.^a Luiza Milano, Dra.
Orientadora - UFRGS

Carina Rebello Cruz, Me.
Examinadora - Escola Especial Para Surdos Frei Pacífico

Prof. Jefferson Lopes Cardoso, Dr.
Examinador - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, *Luiza Milano*, pelo aceite de orientar este trabalho e me incentivar sempre mediante a qualquer dúvida e angústia. Mas principalmente obrigada por ser a professora maravilhosa que és e, dessa forma, fazer com que eu me apaixonasse perdidamente pela linguagem e pela fonoaudiologia.

Obrigada aos meus mestres, aqueles que fizeram parte da minha transformação aluna-fonoaudióloga de forma muito singular: ao prof. *Jefferson Lopes Cardoso*, pelas reflexões sobre o ser fonoaudiólogo, por me mostrar o mundo da pesquisa acadêmica e pelas discussões empolgantes sobre linguagem, além de aceitar ser banca deste trabalho; à prof.^a *Leila Rechenberg* por ser uma supervisora incrível e uma pessoa maravilhosa para esse mundo: teus ensinamentos foram imprescindíveis para essa jornada e para minha humanização como indivíduo; à prof.^a *Erissandra Gomes* por supor uma terapeuta em mim mesmo quando eu ainda não o era, e assim me constituir nas primeiras supervisões; à prof.^a *Sílvia Dornelles* por ser uma supervisora tão competente que me fez adorar uma área que nunca imaginei gostar.

Agradecimentos também à Carina Rebello Cruz, pelo acolhimento muito gentil de alguém que quando começou ainda não sabia nada sobre o mundo dos surdos e da LIBRAS, e também por aceitar ser banca deste trabalho. Também, a Elisabete Magalhães, pela abertura na escola Frei Pacífico para as observações que aprimoraram este trabalho.

Obrigada à minha mãe, *Sônia*, pela criação, que mesmo com percalços, foi de ótima qualidade e apoio. Ao meu pai, *Léo*, pelas lições de vida e apoio. Aos meus irmãos *Leonello*, *Leonardo* e *Rodrigo* pela diversão na convivência familiar, que mesmo que não tenha sido de forma padrão, me deu muitas alegrias.

Ao grupo de amigas mais que especial: *Priscilla*, por trilhar do meu lado essa verdadeira jornada que foi o curso e pelas longas conversas; *Mariele*, pelas discussões sobre linguagem e resenhas intermináveis sobre a vida; *Lillian*, pela doçura e apoio; *Danielle*, pelas reflexões que já vivenciamos juntas e conselhos; *Larissa*, *Bruna* e *Lola*, pelas alegrias e por andarem ao nosso lado, participando de momentos que mostram que tudo vale a pena.

Aos meus amigos: *Lucas Mizusaki*, principalmente pelo verdadeiro crescimento pessoal que me causa cada conversa nossa, além das risadas; *Éder* e *Léo*, pelo acolhimento em momentos difíceis e pelas pessoas maravilhosas que vocês são; *Raysa*, por ser uma pessoa que eu admiro pelas visões de mundo e por participar ativamente da minha vida desde que nascemos, mesmo com a distância grande nos separando.

Por último, mas não menos especial, ao contrário, preciso agradecer ao *Lucas Triches*, uma pessoa imprescindível tanto para a minha formação quanto para a construção desse trabalho. Não tem como colocar as coisas que mereciam aqui estar, pois assim ficaria longuíssimo. Então só posso agradecer por tudo, tudo mesmo. Obrigada pelo grande apoio, por ser incrível e por existir na minha vida!

*Para ser um, é preciso ser dois, mas quando
se é dois, já se é três.*

Dany-Robert Dufour

RESUMO

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de uma abordagem enunciativa, mais especificamente tendo como ponto de vista a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Parte-se do estudo da relação dos surdos com a linguagem para, em seguida, focar-se aspectos acerca da estrutura e do funcionamento linguístico da LIBRAS. Em um segundo momento, são apresentados tópicos fundantes da teoria enunciativa benvenistiana através dos quais se busca ancorar a análise de aspectos linguísticos da LIBRAS. Finalmente é feita uma reflexão sobre a importância do estudo de uma abordagem linguístico-enunciativa de LIBRAS, tanto para a área da Fonoaudiologia como para o campo da Linguística.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Enunciação; Fonoaudiologia; Linguística

ABSTRACT

This issue seeks to create a reflection about Brazilian Sign Language (LIBRAS) through an enunciative approach, more specifically through the point of view of Émile Benveniste's Theory of Enunciation. It starts with the relation of deaf people with language to, then, focus on aspects of the structure and linguistic functioning of LIBRAS. In a second moment are presented founding topics of the benvenistean enunciative theory, through which it aims to establish the analysis of linguistic aspects of LIBRAS. Finally, it makes a reflection about the importance of the study of a linguistic-enunciative approach of LIBRAS, either to speech therapy and audiology and to the field of Linguistics.

Key words: Brazilian Sign Language; Enunciation; Phonoaudiology; Linguistics

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	9
2.1 OS SURDOS E A LINGUAGEM.....	10
2.2 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA LIBRAS	18
3 ENUNCIÇÃO.....	24
3.1 SOBRE AS TEORIAS DA ENUNCIÇÃO.....	24
3.2 A TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE.....	24
4 A LIBRAS SOB A ÓTICA DA TEORIA BENVENISTEANA.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) através de uma abordagem enunciativa, mais especificamente tendo como ponto de vista a Teoria da Enunciação benvenistiana. Sendo assim, trata-se de um trabalho de cunho teórico-reflexivo. Essa reflexão é o início de um percurso teórico para pensarmos a LIBRAS sob a ótica da enunciação dentro da Fonoaudiologia e da Linguística.

Frydrych (2013) fez uma análise do mesmo objeto de estudo, porém através dos pressupostos saussurianos, destacando o estatuto linguístico da LIBRAS. Assim como Frydrych (2010), consideramos que a aproximação entre LIBRAS e a Linguística da Enunciação de Benveniste repercutirá em efeitos sobre os dois campos: a LIBRAS será revisitada à luz da perspectiva da linguística da enunciação benvenistiana, e essa passará a ser interrogada a partir da singularidade de uma língua de modalidade visuoespacial.

Serão apresentados três capítulos: o primeiro sobre a LIBRAS, destacando suas particularidades linguísticas e alguns dos principais aspectos da cultura e comunidade dos surdos em relação à língua e à linguagem; o segundo capítulo abordará a Teoria da Enunciação, apresentando alguns tópicos da abordagem benvenistiana que interessam a este trabalho; e o terceiro capítulo trará os resultados: a análise de alguns aspectos da LIBRAS através de reflexão ancorada na teoria enunciativa benvenistiana.

2. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

No primeiro item deste capítulo, abordaremos, ainda que superficialmente, a relação dos surdos com a linguagem, apontando as características em comum com os ouvintes e singularidades da experiência dos sujeitos surdos com a linguagem. Já no segundo item, trataremos aspectos introdutórios acerca da estrutura e do funcionamento linguístico da LIBRAS.

2.1. Os Surdos e a Linguagem

As línguas de sinais começaram a ser estudadas pela linguística de fato muito recentemente: considerado o pai da língua de sinais americana, William Stokoe iniciou, em 1960, seus estudos sobre esta língua (FRYDRYCH, 2013, p. 19). Há, ainda, quem desconheça a língua de sinais, e não haveria problemas se isso não influenciasse cotidianamente a vida dos surdos e, muitas vezes, impossibilitasse o desenvolvimento de sua linguagem.

Por que isso é tão terrível? Em primeiro lugar, porque a linguagem é um meio de pensamento para os seres humanos. É através dela que pensamos de modo abstrato e conceitual, nomeando as coisas à nossa volta e conseguindo guardá-las na memória, inclusive coisas que não vemos e conceitos abstratos (como o tempo - passado, presente e futuro - por exemplo). Em segundo lugar, cabe destacar que é a partir da linguagem que podemos nos apropriar da língua, que é “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2006, p. 17) - o que possibilita a comunicação entre os seres humanos.

Sacks (2007), em seu livro *Vendo Vozes*, apresenta casos extremos de indivíduos que ele nomeia como os “sem-linguagem”¹ por servirem para notarmos o “perigo especial que ameaça o desenvolvimento humano, tanto intelectual quanto emocional, se deixar de ocorrer a aquisição apropriada de uma língua” (SACKS, 2007, p. 58). Ter um distúrbio grave de linguagem – por não ter desfrutado da interação do outro através de uma língua – gera uma incapacidade grande em outras funções intelectuais, e então, essas pessoas podem vir a ser consideradas deficientes mentais, mesmo sem nenhum déficit cognitivo.

Mapeamos e reagimos ao mundo muito antes de aprender uma língua, o que Sacks chama de “enorme esfera de pensamento” e comenta que é o que foi primorosamente estudado por Jean Piaget (e, provavelmente, o que Saussure (2006) quis dizer com massa

¹Casos como: Joseph, não sabia nem falar, nem escrever, nem usar uma língua de sinais. Já com 11 anos, foi para a escola Braefield School for the Deaf. Não tinha noção do que era um meio de troca simbólica para comunicar-se. Havia uma “sensação de uma vida que só existia naquele momento, no presente”. Quando começou a aprender uma língua de sinais, queria ficar na escola o dia todo e “voltar pra casa significava ser deixado de lado, tornar-se novamente um *ninguém*” (SACKS, 2007, p. 43). Mesmo começando sua constituição como sujeito em uma língua, não conseguia se apropriar e usar idéias abstratas: não conseguia refletir, planejar, hipotetizar, imaginar. Outro exemplo é o caso de Idelfonso. Ele e um irmão eram surdos congênitos, os únicos surdos em uma família que tinha uma propriedade agrícola no sul do México. Em um ambiente muito simples, ambos nunca tiveram instrução escolar, nem contato com a língua de sinais. Se comunicava por uma mímica rudimentar, e com 27 anos foi apresentado à língua de sinais (SACKS, 2007, p. 43). Assim, podemos perceber que a expressão “os sem-linguagem” é empregada por Sacks em referência a pessoas que estão em um limbo simbólico.

amorfa e indistinta de pensamento). Essa “enorme esfera” pode ser considerada próxima ao que os bebês apresentam: um pensamento imediatista e restrito ao alcance do próprio pensamento.

Casos como os citados por Sacks se encontram em um limbo simbólico, ou seja, com esse pensamento rudimentar, e com a linguagem usada somente ao alcance desse pensamento. Simbolizar algo que não está ao alcance visual, criar hipóteses, fazer planejamentos são alguns aspectos que podem estar alterados nesses casos. Por isso, não ter contato com uma língua para o desenvolvimento da linguagem é terrível. Um exemplo seria nos casos de surdos com perda auditiva profunda, e principalmente pessoas que tem ausência total de resposta auditiva, sem acesso à língua de sinais. Diferente dos casos de Sacks, um surdo profundo sem acesso a uma língua de sinais pode até conseguir ter sua via simbólica, mas provavelmente demorará muito mais tempo, e ainda possivelmente não conseguirá aprender o código linguístico oral de forma eficiente. Como sabemos, os surdos não têm o monitoramento auditivo, portanto, quando a surdez é severa ou profunda² e pré-linguística³, também não apresentam inclinação para produção oral da fala. Por exemplo, bebês que nascem surdos ou crianças que se tornaram surdas nos primeiros anos de vida e que apresentam perda severa ou profunda frequentemente não adquirem a língua oral por falta de acesso aos sons (mesmo com capacidade para desenvolverem-se linguisticamente de forma esperada por meio da língua de sinais). Nessas condições o uso de dispositivos auditivos pode não possibilitar o acesso suficiente ou adequado aos sons da fala, devido à grande perda auditiva. Assim, mesmo que possuam o aparelho fonador em condições normais para produzir voz e fala (e desejo de falar) a falta de acesso ao mundo sonoro dificulta a aquisição de uma língua composta por sons. Então, para decodificar um enunciado de natureza fônica, devem aprender, através de terapia específica com fonoaudiólogo, a fala oral, os movimentos articulatórios de cada fonema e, ainda assim, demoram muito tempo para fazê-lo, em média de oito a doze anos, se iniciado nos primeiros meses de vida (GOLDFELD, 2002, p. 35).

² O grau da perda auditiva mostra o quão prejudicial é a perda. Está diretamente relacionado com a habilidade de ouvir a fala. Ainda há controvérsias sobre as classificações que existem, porém a mais conhecida está descrita a seguir: ≤ 25 dBNA - Audição normal; 26 a 40 dBNA - Perda auditiva de grau leve; 41 a 55 dBNA - Perda auditiva de grau moderado; 56 a 70 dBNA - Perda auditiva de grau moderadamente severo; 71 a 90 dBNA - Perda auditiva de grau severo; ≥ 91 dB NA - Perda auditiva de grau profundo. (LLOYD E KAPLAN, 1978 apud SISTEMA DE CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FONOAUDIOLOGIA, 2013, p. 13-14).

³ Surdez pré-linguística: a surdez é congênita quando uma criança se torna surda nos primeiros anos de vida (antes da aquisição da linguagem). Surdez pós-linguística: quando uma pessoa se torna surda após a aquisição da linguagem (muitas vezes, essas pessoas falam muito bem).

Mesmo que haja um tempo significativo de acesso a um ensino da língua oral, perceber sutilezas entre, por exemplo, um /f/ e um /v/, que tem como única distintividade a vibração das pregas vocais, é uma tarefa extremamente difícil para alguém que não tenha acesso à pista sonora. Para os indivíduos com surdez profunda, a percepção da produção oral das palavras /faka/ e /vaka/ é igual (pois é visual, e não auditiva), por mais que “treinem”. E há ainda mais um risco: que as palavras sejam tomadas como desprendidas de significado⁴. Muito diferente do que se passa com uma criança ouvinte, que é apresentada pelo outro ao mundo sonoro, sendo a todo momento exposta ao embate promovido pelo significado dos sons em relação, e consegue dar-se conta disso justamente por ouvir: conseguir perceber o meio (sonoro, no caso) pelo qual o significante de um signo linguístico aparece, e, conseguindo, assim, atribuir a isso significado.

Essa organização básica de diferenças fônicas no sistema da língua oral não é concebida pelos surdos profundos que não aprenderam a língua oral formalmente e intensivamente nos seus primeiros dez anos de vida. Se estes também não tiveram acesso a língua de sinais, ficam sem acesso a uma língua. Isso faz com que outras informações dadas “via língua oral” não possam ser transmitidas, como a cultura em geral e habilidades complexas. A aprendizagem da língua oral pelos surdos, no entanto, depende diversos de fatores, tais como: grau e tipo de perda, período de detecção, uso ou não de dispositivos auditivos e aproveitamento dos mesmos, ensino formal adequado (fonoaterapia), participação da família no processo de ensino da língua oral, etc. Por outro lado, sabe-se que surdos expostos à língua de sinais têm a aquisição de uma língua de forma espontânea, tanto como os ouvintes expostos a uma língua oral ou oral e de sinais (bilíngues bimodais) (QUADROS, 1997).

A língua (no caso dos surdos, a de sinais) “deve ser introduzida o mais cedo possível, senão seu desenvolvimento pode ser permanentemente retardado e prejudicado, com todos os problemas ligados a ‘proposicionar’” (SACKS, 2007 p. 44), ou seja, usar um sinal ou um som preche de significado que é assim usado para simbolizar um conceito. Para os surdos profundos, evitar isso só é possível por meio da aquisição da língua de sinais precoce. Danesi

⁴ Os movimentos articulatórios das palavras faca e vaca são idênticos, por isso, somente a leitura orofacial (LOF) das mesmas quando produzidas isoladamente (fora de contexto) impossibilita a distinção de significado entre uma e outra (isso se o falante apresentar uma boa articulação e o surdo tiver aprendido formalmente ou no dia a dia a realizar LOF). A LOF mostra grandes benefícios quando aprendida, entretanto nem sempre possibilita o acesso ao significado. Assim, o processo de entendimento da língua oral por surdos pode ocorrer, mas a recepção será de forma diferente das pessoas ouvintes.

(2007, pg. 173) aponta que o surdo pode ser considerado de duas formas: a primeira como um ser que tem uma patologia que deve ser “curada” com aparelhos auditivos e oralização (ou em alguns casos implante coclear) e a segunda, em uma perspectiva socioantropológica, como um ser que é totalmente capaz de adquirir uma língua que seria a sua natural, a de sinais, tendo cultura própria e podendo ter uma língua oral como segunda língua. Isso traz a diferença entre surdo e deficiente auditivo. Nossas hipóteses nesse trabalho se relacionam com a segunda forma, e por isso, utilizamos a palavra “surdo” no decorrer do texto.

Relacionado à língua de sinais, bebês surdos com diagnóstico precoce e que têm a língua de sinais presente em seu dia-a-dia, fazem seus primeiros sinais com seis meses e com quinze meses já são tão fluentes em língua de sinais quanto um ouvinte na mesma faixa etária é na língua oral (QUADROS, 1997). Aqui é imprescindível destacar a importância da Triagem Auditiva Neonatal Universal (o chamado “teste da orelhinha”) exame já rotineiro em hospitais para a detecção precoce da surdez.

Do ponto de vista educacional, de acordo com Goldfeld (2002), existem três filosofias para surdos, que na verdade são formas de conceber linguagem e língua em relação ao sujeito surdo. A primeira é o Oralismo. O objetivo desta filosofia é que o surdo desenvolva a língua oral, o que integraria a criança surda na comunidade ouvinte. Língua, para alguns profissionais dessa filosofia, é apenas a oral, configurando um radicalismo, já que a língua oral deve ser a única forma de comunicação da criança. O Oralismo percebe a surdez como deficiência que deve ser tratada com dispositivos de amplificação sonora e terapia fonoaudiológica com estimulação auditiva (que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que os surdos eventualmente possuam). Também são utilizadas vibrações corporais e LOF. A criança deve primeiro compreender para depois oralizar, e esse processo leva anos. Se a abordagem não for precoce, a criança surda começará a se comunicar por gestos, o que prejudicará o aprendizado da língua oral. As regras gramaticais também devem ser trabalhadas, pois normalmente adquirimos estas através de inferências, que são complicadas para o surdo realizar. A realidade no Brasil, de acordo com esta autora, é que somente uma pequena parte dos surdos consegue dominar razoavelmente o português oralizado.

Outra filosofia é a Comunicação Total, que acredita que só a oralidade não assegura o pleno desenvolvimento linguístico da criança surda, pois mesmo que o surdo fale bem, ele ainda pode ter problemas no desenvolvimento cognitivo, social e emocional esperados. Essa filosofia defende a utilização de qualquer recurso linguístico: língua de sinais,

língua oral, códigos manuais, português sinalizado, datilologia⁵, cued-speech⁶, etc. O maior objetivo não é a aquisição de uma língua, e sim a comunicação da criança com outros indivíduos. Entretanto a língua de sinais não é utilizada de forma plena, ou seja, essa filosofia “não privilegia o fato de esta língua ser natural [...] e carregar uma cultura própria” (GOLDFELD, 2002, p. 42). Acaba criando recursos artificiais para facilitar a comunicação, existindo também a possibilidade de a criança se encontrar em um limbo simbólico e/ou não adquirir efetivamente uma língua.

A terceira filosofia é o Bilinguismo. Aqui, deve-se adquirir primeiro a língua de sinais, como língua materna, e como segunda língua, a língua da maioria linguística do país. O surdo não precisa almejar a vida ouvinte. É claro que não deixa de ser importante um aprendizado básico da língua oral, até para o surdo ter autonomia num mundo onde a maioria é ouvinte. Só que esse aprendizado não é o principal objetivo. Mais de 90% dos surdos tem família ouvinte (GOLDFELD, 2002, p. 44), então, nessa filosofia, é necessário que a família aprenda a língua de sinais e mais: se envolva efetivamente na comunidade surda. O volume da voz, as hesitações, a prosódia são modificadores de sentido, e estes, surdos com perda profunda não conseguem perceber, o que aponta para a aquisição da língua de sinais como língua materna. Existem duas maneiras distintas de definição da filosofia bilíngue, a que foi descrita acima e outra: a de autores que acreditam que esse bilinguismo é necessário (e suficiente) somente na escrita, e não na fala. O grande problema dessa filosofia é que nem todos os surdos têm acesso a essa língua: “a pior realidade é que grande parte dos surdos brasileiros e seus familiares nem sequer conhecem a língua de sinais” (GOLDFELD, 2002, p. 46), e não conhecem também a comunidade surda.

A cultura e a identidade surdas são tão importantes quanto a língua, e são determinantes para a escolha de uma das filosofias. Sacks (2007, p. 120) aponta que os surdos “consideram a língua de sinais uma parte imensamente íntima, indissociável de seu ser”.

O que caracteriza essa herança cultural da comunidade surda é a língua de sinais, já provada pelos significados realmente diferentes e capazes de carregarem com desenvoltura aspectos de profundidade como qualquer outra língua mesmo na originalidade que lhe é peculiar. (PERLIM E MIRANDA, 2003, p. 220)

⁵ Alfabeto manual em língua de sinais.

⁶ Sinais manuais que representam os sons do português.

Podemos perceber que os surdos dão muito valor a sua língua, provavelmente em função do quanto ela representa a identificação de um lugar social. Obviamente, a língua oral também é indissociável do ser dos ouvintes, destacamos, no entanto, que os ouvintes geralmente não tomam consciência desse fato. Certo é que nos constituímos como sujeitos singulares por meio de nossa língua, surdos ou ouvintes. Conforme nos lembra Sacks (2007, p. 121.): “Os usuários de uma língua, sobretudo, tenderão a um realismo ingênuo, a considerar sua língua um reflexo da realidade, não um constructo”, pois para um já falante, a língua é muito simples e familiar. Ele é sujeito “via” língua (a específica dele).

Perlim e Miranda (2003, p. 218) declaram: “ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total à audição), como meio de comunicação”. Os surdos que estão dentro da cultura surda não querem ser considerados como deficientes, e sim como uma minoria linguística, o que faz muito sentido, visto que historicamente depois que um grupo considerável de surdos teve acesso à língua de sinais, esse grupo se desenvolveu intelectualmente (FRYDRYCH, 2013). Um dos fatores mais preocupantes é que os ouvintes impõem coisas aos surdos por se considerarem os “normais” e ainda mais grave: o centro das decisões sobre os outros (PERLIM E MIRANDA, 2003). Aqueles que decidem muitas das leis relacionadas ao surdo são, na maioria das vezes, ouvintes.

No entanto, cabe destacar que, antes de ser surda, uma criança é um indivíduo, que, para aprender a ler e escrever – modalidade alicerçada na relação oralidade-escrita, necessita (além da língua de sinais) de um ambiente familiar seguro e agradável e do acompanhamento escolar. Claro que a diferença é que as crianças surdas, tendo uma imagem positiva da surdez e estando dentro de uma comunidade surda (brincando e compartilhando informações ao natural) conseguem se desenvolver bem. Nesse sentido, Sacks traz o exemplo de uma escola para surdos onde os alunos eram oriundos de lares desfavorecidos (Braefield) e, mesmo durante o dia estando na escola, à noite eles voltavam para “lares onde os pais não podem comunicar-se com eles, onde a televisão, sem legendas, é ininteligível, onde elas não podem absorver informações básicas sobre o mundo” (SACKS, 2007, pág. 56). O autor também traz outro exemplo (da escola Fremont), na qual as crianças tinham todo apoio necessário para o aprendizado, inclusive sendo a maioria dos professores surda. A maior parte das crianças dessa escola adquiriu a língua de sinais como língua nativa desde bebês e, sendo assim, elas “nunca chegaram a vivenciar a tragédia da falta de comunicação com os pais, o que costuma ser o destino dos profundamente surdos” (SACKS, 2007, p. 57). Se os pais são

bem informados no momento do diagnóstico da surdez, também ocorre de eles optarem pela língua de sinais. Os pais então ingressam na comunidade surda, aprendem a língua de sinais e assim, proporcionam esse ambiente natural para seu filho, o que não é tarefa fácil, visto que eles se constituíram como sujeitos no mundo ouvinte, e sua língua materna continuará sendo a língua oral que adquiriram primeiro.

Toda criança possui uma experiência de mundo independente da língua, que é sensorial (aquela enorme esfera de pensamento). Essa experiência corrobora com a língua da mãe, com tudo que ela fala para o bebê, o que, de forma lógica, forma o significado para a criança. Isso é uma ascendência do mundo perceptivo para o conceitual (salto dialético). Para essa ascendência, é importante um tipo de interação e de comunicação específicos, ricos em intenção comunicativa, reciprocidade e o tipo certo de questionamento. Esse questionamento não emerge de maneira espontânea, nem diretamente do impacto da experiência: provém do trato comunicativo e, em especial, do complexo diálogo entre mãe e filho⁷. Isso traz a possibilidade da “evolução proposital”, que seria a criação de hipóteses e conceitos abstratos que fazem a humanidade evoluir como um todo na quantidade de conhecimento, e gerando assim modos melhores de existência humana.

Para tanto, é necessário a suposição de sujeito pela mãe. Independentemente da língua em questão, cabe à mãe colocar a criança em um lugar enunciativo, e só isso possibilitará que a criança venha a enunciar, para que assim, ali se instale um sujeito que possa falar. Não há porque falar (ou sinalizar) se não o faremos para alguém e sobre algo. Se nem sabemos por que falar, não falaremos, e esse desejo vem principalmente de comunicações afetivas que geram prazer para a criança, e assim, o desejo de comunicar-se.

A língua de sinais nada mais é do que outra modalidade de simbolização (visuoespacial), além da oral, do ser humano que ansia pela comunicação. Sacks inclusive resgata (2007, p. 77) a teoria da evolução e suas duas correntes evolutivas paralelas: coexistiriam as duas línguas, a de sinais e a falada em algumas tribos primitivas. Apenas “oficializamos” a falada para liberar as mãos e falar enquanto fazíamos outras coisas. Tanto que Saussure (2006, p. 35) já colocava que não é provado que a fala é “natural” pois o aparelho fonador tinha como função original a respiração e a alimentação, e que apenas o adaptamos para a fala. A língua de sinais é uma língua cinemática que, pela descrição de Sacks, transmite ainda melhor o “eu” (o pensamento) do que a falada. Ela “é considerada totalmente comparável à fala (em termos de sua fonologia, aspectos temporais, fluxos e

⁷ Algumas mães são mediadoras entre a criança e o ambiente, e outras, não.

seqüências), porém com faculdades únicas, adicionais, de um tipo espacial e cinemático - uma expressão e transformação do pensamento ao mesmo tempo muito complexa, e no entanto, transparente” (SACKS, 2007, pág. 80). O autor ainda usa a expressão “linguistizar o espaço”, referindo-se à fala na língua de sinais.

Para ser considerada uma língua, a língua de sinais obviamente deveria constar como tal também no cérebro. Sacks retoma muitas pesquisas neurológicas confirmando essa tese, como a primeira e principal descoberta de Bellugi: “que o hemisfério esquerdo do cérebro é essencial para a língua de sinais, tanto quanto para a fala, e que a língua de sinais usa algumas das mesmas vias neurais que são necessárias ao processamento da fala gramatical - mas, em adição, algumas vias normalmente associadas ao processamento visual” (SACKS, 2007, pág. 83), o que mostra que usuários da língua de sinais possuem a mesma lateralidade cerebral para a linguagem que os ouvintes, porém seu sistema visuoespacial é tão mais aguçado quanto é o sistema auditivo deles. O autor também destaca uma pesquisa sobre uma paciente que sofreu uma grande lesão no hemisfério direito do cérebro, tendo assim uma extrema negligência do lado esquerdo do espaço (Síndrome da Negligência Contralateral, provavelmente). Porém, ao usar a língua de sinais, usava o espaço todo, livremente, estando seu “espaço linguístico” intacto (o hemisfério esquerdo, responsável pela linguagem, estava intacto). Segundo Sacks, “é como se nos usuários da língua de sinais o hemisfério esquerdo ‘assumisse’ a esfera da percepção visual-espacial, modificando-a, aguçando-a de um modo sem precedentes” (2007, pág. 85).

No decorrer de “Vendo Vozes”, Sacks relata um tanto da história dos surdos no século passado e como foi criada a primeira universidade para surdos. E, ainda, mostra como aos poucos os surdos foram tendo mais autonomia, cada vez mais lutando pelos seus direitos (no século XVI, os “mudos” não eram reconhecidos pela lei como pessoas, por exemplo) e fizeram uma verdadeira revolução na Gallaudet University⁸ em busca de um reitor surdo (até essa revolução a universidade nunca tinha tido um reitor surdo), alguém que realmente entendesse sua condição, suas necessidades, e seus direitos. Com isso, foram criados o “Deaf Power” e uma comunidade surda mundial, como nunca antes visto.

⁸ A Gallaudet University é a única universidade do mundo com serviços e programas especificamente feitos para surdos. Foi fundada em 1864 e é localizada em Washington D.C., capital dos Estados Unidos. (GALLAUDET UNIVERSITY, 2014)

Atualmente⁹ os surdos já possuem diversas conquistas. Por meio de movimentos sociais da comunidade surda, a língua de sinais foi oficializada no Brasil: Lei 10.436 dispõe sobre a LIBRAS (BRASIL, 2002) e, além disso, há as leis que regulamentam a profissão de tradutor-intérprete de LIBRAS: Lei 10.098 (BRASIL, 2000) e Lei 10.172 (BRASIL, 2001). Apenas em 2005 a LIBRAS foi considerada disciplina obrigatória nos cursos de Fonoaudiologia e nas Licenciaturas pelo Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, acompanhamos a reflexão de Sacks ao final de seu livro: “Esperase que os eventos no Gallaudet sejam apenas o começo”.

2.2 Estrutura e Funcionamento da LIBRAS

A LIBRAS é a língua natural do sujeito surdo brasileiro, sendo o português, para ele, uma segunda língua (DANESI, 2007). É considerada uma língua de modalidade visuoespacial, pois a “informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos” (QUADROS E KARNOP, 2004, p. 47-48; CRUZ, 2008, p. 21).

William Stokoe é considerado o pai da língua de sinais americana (FRYDRYCH, 2013): foi o primeiro a analisar uma língua de sinais (no caso, a *American Sign Language* - ASL) como uma língua natural. Ele era ouvinte e, ao começar a dar aulas de inglês e literatura inglesa na Gallaudet University, percebeu que os sinais usados pelos surdos não eram os mesmos usados pelos professores para ensiná-los (inglês em sinais) (FRYDRYCH, 2013). Resolveu, então, dissecar e analisar os sinais, resultando nos primeiros estudos fonológicos da língua de sinais (CRUZ, 2008, p. 21).

A Fonologia é o ramo da linguística que usualmente se propõe a identificar as estruturas mínimas que constituem o fonema (ou seja, estruturas sonoras) e como se dão as relações dessas com as demais. Para os sinais, ocorre o mesmo, porém a estrutura não é sonora e sim “manual”. Stokoe propôs o termo ‘quirologia’ (do grego: kheir, mão + logos, palavra, estudo) (CRUZ, 2008, p. 25), porém após 1978 tanto ele como outros pesquisadores usam o termo “fonologia” também para as estruturas mínimas não sonoras das línguas de

⁹ Sacks (1998) foi um marco na bibliografia sobre surdos. Entretanto, na contemporaneidade, algumas coisas já mudaram, a Língua de Sinais é cada vez mais usada no mundo e a cultura surda vai pouco a pouco ganhando mais o seu devido espaço.

sinais, pois “mesmo havendo diferenças na modalidade, os princípios linguísticos subjacentes eram compartilhados” (CRUZ, 2008, p. 25). Mais tarde, outros pesquisadores incorporaram mais informações aos estudos de Stokoe, resultando nos cinco parâmetros da Fonologia da Língua de Sinais - configuração de mão, movimento, locação, orientação da mão e expressões não-manuais - que serão abordados a seguir (QUADROS E KARNOPP, 2004).

Os articuladores primários nas línguas de sinais (que nas línguas orais são estruturas do aparelho fonatório) são as mãos. Não há distintividade em usar a mão direita ou esquerda para sinais onde se usa apenas uma das mãos, isso normalmente vai da mão dominante da pessoa (se é destro ou canhoto). Não obstante, movimentos do corpo e da face também desempenham suas funções.

A Configuração de Mão¹⁰ (CM) refere-se à forma da mão no sinal, sendo um parâmetro fonético. Assim como as línguas orais têm diferentes fonemas, as línguas de sinais têm diferentes CMs. A LIBRAS apresenta 46 diferentes CMs (FERREIRA-BRITO E LANGEVIN, 1995 apud QUADROS E KARNOPP, 2004).

O Movimento (M) se refere ao movimento de uma certa configuração de mão. Um sinal pode ter a mesma configuração de mão de outro e significar coisas totalmente diferentes por causa da distintividade do movimento. É um parâmetro complexo que pode significar a mesma coisa com diferente frequência, intensidade, local ou pode não se referir a nada especificamente (arbitrariedade). O movimento tem tipo, direcionalidade, maneira e frequência (QUADROS E KARNOPP, 2004).

A Locação (L) (também chamada de “ponto de articulação” por Stokoe) é nada menos que o local no espaço enunciativo onde o sinal será articulado (assim como palato, dentes, lábios na língua oral). Esse espaço é todo o espaço onde as mãos alcançam, o que define as quatro principais áreas de articulação: cabeça, mão, tronco e espaço neutro. Um sinal pode ir de uma locação à outra através do Movimento do sinal, porém sempre tem a sua locação principal (que, nesse exemplo, seria a locação intermediária entre as duas locações – a de estado e a de destino).

¹⁰ Sobre os traços distintivos, de acordo com Quadros e Karnopp (2004), ainda há divergências entre os pesquisadores. Ao mesmo tempo em que Ferreira-Brito (1990 apud QUADROS E KARNOPP, 2004) apresenta doze traços distintivos para a configuração de mão, Lidell e Johnson (1989 apud QUADROS E KARNOPP, 2004) descrevem 299 traços para transcrição fonética da Língua Americana de Sinais (ASL). Brentari (1990 apud QUADROS E KARNOPP, 2004) teria proposto um grupo de 20 traços a partir dos 299 de Lidell e Johnson, com o propósito eliminar ambiguidades.

A Orientação da mão (Or) foi um dos parâmetros não considerados por Stokoe, mas mais tarde introduzidos por Battison (1974 apud QUADROS E KARNOPP, 2004) e corroborados por Bellugi, Klima e Siple (1975 apud QUADROS E KARNOPP, 2004): “É a direção para qual a palma da mão aponta na produção do sinal” (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 59). São seis Ors na LIBRAS: para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a esquerda e para a direita (FERREIRA-BRITO, 1995 apud QUADROS E KARNOPP, 2004).

As expressões não-manuais (ENM) tem funções sintáticas (como marcação de sentença interrogativa, concordância, discordância) e de diferenciação lexical. São expressões faciais, inclinações de cabeça, de tronco, balanço de ombros, etc. Pode ocorrer mais de uma ENM em um mesmo sinal (por exemplo marcar interrogação e negação ao mesmo tempo, na língua oral: “Não é assim, né?”).

Cruz (2008) traz um estudo sobre a criação e aplicabilidade de um instrumento de avaliação da consciência fonológica de crianças utentes da LIBRAS no parâmetro CM da fonologia¹¹. O estudo mostrou o instrumento eficiente e mais: que crianças que usam a língua de sinais têm a possibilidade de refletir sobre as estruturas mínimas da fonologia da língua que utilizam tanto quanto as ouvintes e que sua evolução gradual nesse componente de suas línguas é muito parecida em crianças ouvintes e surdas sem nenhum comprometimento. Ou seja, esse aspecto parece ser importante para a constituição de uma língua (independente da modalidade).

Já a Morfologia das línguas de sinais estuda a estrutura interna do sinal e regras para a formação de novos sinais. Assim como na Fonologia, descreveremos a Morfologia na LIBRAS de acordo com Quadros e Karnopp (2004).

Os sinais, assim como as palavras na língua oral, pertencem a categorias como substantivo, adjetivo, verbo, etc. Há sinais nativos, soletração manual e sinais derivados da soletração manual. A soletração manual se refere ao fato de a LIBRAS estar em um país de maioria ouvinte, onde é falado o português brasileiro. Assim, os “estrangeirismos” entram na LIBRAS via soletração manual e podem com um tempo vir a ser um sinal diferente ou não (como o sinal de “AZUL” – que é um sinal com movimento indo da configuração de mão da letra “A” para a letra “L”).

¹¹ Nas línguas orais a avaliação consciência fonológica está ligada diretamente ao processo de escrita. Nas línguas de sinais isso pouco a pouco está sendo investigado (correlação entre consciência fonológica na língua de sinais e aprendizagem de uma língua escrita em um código alfabético).

Os classificadores são formas complexas que servem para uma “economia” linguística e não são usados nas línguas orais. “O classificador é um morfema afixado a um item lexical, atribuindo-lhe assim a propriedade de pertencer à determinada classe” (FERREIRA BRITO, 1989 apud QUADROS, 1997). São usados para especificar um movimento e a posição de pessoas ou objetos ou forma e tamanho desses. Por exemplo, para sinalizar “duas pessoas caminhando de mãos dadas” é possível fazer apenas um sinal com a configuração de mão de “pessoa”, nas duas mãos, com os dedos se encostando e fazendo um movimento para frente.

A Morfologia se divide em duas áreas: a derivacional e a flexional. Ambas são encontradas na língua oral e na LIBRAS. Na derivacional podemos dar o exemplo do verbo “sentar”: que é o sinal de “cadeira” porém com movimento de cima para baixo.

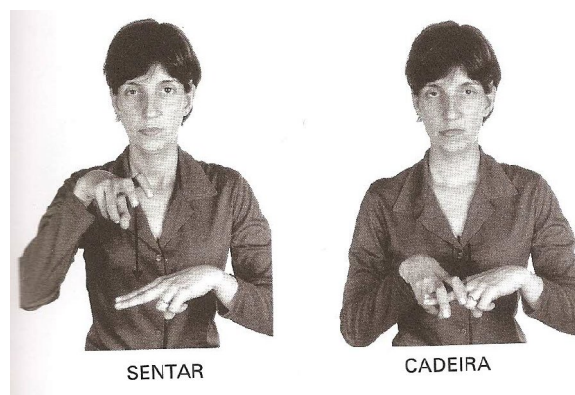


Figura nº 1. Representação do verbo “sentar” e do substantivo “cadeira” em LIBRAS.

Fonte: QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 97

Na flexional podemos pensar no exemplo de “bonito”: que leva a mesma configuração de mão e movimento, mas para dizer “muito bonito”, fazemos um movimento (circular – do sinal “bonito”) maior e com mais tensão. Esse “muito”, então, deve ser tomado como tal a partir da intensificação do sinal.



Figura nº 2. Representação do sinal equivalente a “bonito” na LIBRAS.

Fonte: CAPOVILLA, RAPHAEL E MACEDO, 1998, p. 129

Já a sintaxe da LIBRAS tem aspectos bem diferentes das línguas orais. Existe uma “sintaxe espacial”: “qualquer referência usada no discurso requer o estabelecimento de um local no espaço de sinalização” (QUADROS E KARNOPP, 2004, p. 127). O espaço de enunciação tem grande significação na LIBRAS, o quadrante de sinalização, assim como as expressões faciais do sinalizador, que são considerados gramaticais, pois sempre estão em constante sincronia com as significações e devem ser igualmente interpretadas pelo interlocutor.

Com relação à ordem de um enunciado em LIBRAS, a língua apresenta uma certa flexibilidade. São seis ordens diferentes para sujeito, verbo e objeto. A ordem sujeito-verbo-objeto parece ser a mais básica na LIBRAS, pois todas as frases com essa ordem são gramaticais. As outras ordens são usadas apenas em alguma intercorrência na frase, por exemplo, o mecanismo de topicalização (onde se coloca o tópico em ênfase na frente dos outros termos da frase). O final de uma sentença em LIBRAS é indicado por uma pausa (QUADROS, 1997, p. 49).

Como a LIBRAS (e todas as outras línguas de sinais) tem uma referência espacial forte, ela acaba permitindo a referência mais explícita e reduz a ambiguidade das frases - por exemplo na frase: “Paulo contou a João que sua mulher caiu”, onde (em línguas orais) não sabemos de quem é a mulher que caiu, mas em LIBRAS o locutor referencia apontando literalmente (QUADROS, 1997, p. 57). A direção do olhar e ponto espaciais são igualmente importantes para a compreensão da referência pronominal (QUADROS, 1997, p.53).

Podemos assim perceber que as línguas de sinais apresentam estrutura e funcionamento que garantem seu estatuto linguístico (FRYDRYCH, 2013). Os diferentes estudos e análises contemporâneos apontam que em vários aspectos ainda há algumas divergências específicas, mas principalmente aspectos não explorados na literatura e que as particularidades das línguas de sinais (e da LIBRAS) necessitam de mais estudos por parte da comunidade científica. É nesse sentido que o presente trabalho propõe uma reflexão, ainda que embrionária, dos aspectos enunciativos da LIBRAS. Passaremos, então, ao próximo capítulo, espaço em que apresentaremos elementos norteadores da Linguística da Enunciação.

3. ENUNCIÇÃO

Neste capítulo abordaremos os tópicos fundantes da teoria enunciativa benvenistiana através dos quais lançaremos nosso olhar interrogativo sobre a LIBRAS no capítulo 4, quais sejam: subjetividade; intersubjetividade; pessoa, tempo e espaço; referência; ato enunciativo.

3.1. Sobre as Teorias da Enunciação

No campo da Linguística da Enunciação podemos observar vários teóricos que têm diferentes princípios para descrever o ato de enunciar, porém com algo em comum: a descrição desses princípios sempre engloba a língua em funcionamento (no uso) e a subjetividade na linguagem.

Entretanto, “as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 11), ou seja, a representação linguística que o sujeito faz dele mesmo em seu(s) enunciado(s). Assim, como descrevem Flores e Teixeira (2005), já é marcada uma característica na Linguística da Enunciação: ela não se preocupa apenas com o funcionamento da língua como sistema, mas também com linguagem (em funcionamento) de um sujeito específico, com toda a sua singularidade.

3.2. A Teoria da Enunciação de Émile Benveniste

Émile Benveniste foi um linguista do século XX que propôs o que seria a primeira teoria linguística que se preocupa com o uso da língua, não somente com seu estado “sólido” e, sim, com a volubilidade dela: sua renovação a cada ato enunciativo. Ele contribuiu para uma expansão do paradigma linguístico concebido por Ferdinand de Saussure.

Antes de Benveniste, acreditava-se que abordar a língua em uso era o mesmo que abordar fenômenos exteriores ao sistema (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 30). Entretanto, a língua em uso é o real sistema, pois se não usada a língua deixa de ser língua e perde seu propósito: garantir a comunicação por um mesmo sistema linguístico entre dois seres

humanos. Benveniste, então, inova ao supor sujeito - e uso que ele faz da língua - e estrutura da língua (sistema) articulados.

Em “A semiologia da língua” ele separa dois níveis de significação da língua: o semiótico e o semântico. No semiótico, a referência é ausente, e cada signo é distintivo, dotado de valores opositivos e genéricos. É a língua como sistema. Já o semântico resulta da atividade de colocar a língua em ação, tem a referência (no discurso) como definidora de sentido. Podemos ver que Benveniste em nenhum momento ignora a língua como sistema: ao contrário, ele coloca os dois níveis como igualmente importantes na efetividade da comunicação entre seres humanos. A língua é uma só, mas ao ser usada, o locutor inevitavelmente coloca sua marca nela, modificando-a individualmente a cada enunciação. Enunciação, então, se define como: “transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p. 35).

Porque um indivíduo não consegue colocar a língua em forma de discurso sem modifica-la de acordo com suas singularidades? Podemos, então, relacionar essa pergunta a um importante artigo do autor: “Da subjetividade na linguagem”. Ele inicia o referido artigo contestando que a noção de linguagem seja tomada como instrumento de comunicação. Benveniste se pergunta se esse não seria o discurso, instrumento para colocar a linguagem em ação. Afinal, instrumento (como a picareta, a flecha, a roda) é algo que não está na natureza, trata-se de algo que foi fabricado. Já “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou” (BENVENISTE, 1988, p. 225).

Podemos compreender por essas palavras que não existe homem separado da linguagem. É a linguagem que ensina a própria definição de homem. O pensamento por meio de “conceitos” como é o nosso, “seres de linguagem”, só é possível por meio desta. A consciência de si mesmo só é possível por meio desta: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1988, p. 286). Tudo o que pensamos não é mais do que uma conceituação que fizemos do mundo e de nossas experiências através da linguagem, ou seja, um ‘constructo’ individual e não a realidade absoluta.

Para Benveniste, portanto, a subjetividade é nada menos que a capacidade do locutor se propor como sujeito em seu discurso, ou seja, ser um ‘eu’ (instância linguística) perante um ‘tu’ no discurso para transmitir o fato de que é um ‘eu’ separado daquele ‘tu’ e de todo o resto. E o que assegura a permanência da consciência é esta unidade psíquica. Aqui, podemos também refletir sobre a relação da linguagem com a constituição psíquica do sujeito, de forma que essa consciência de separação (até física – do corpo do sujeito), uma oposição

ao resto do mundo, só se dá pela existência da linguagem, e ela é a base sobre a qual a psiquê ancorará seus alicerces: “a linguagem pré-existe ao sujeito [...] e é nessa linguagem que se estrutura o inconsciente materno, portanto, mesmo antes de o bebê ouvir, falar ou não, a linguagem já está presente e é transmitida ao bebê por essa inserção materna” (SOLÉ, 2004, p. 268-269)

A consciência do indivíduo, portanto, não tem como existir sem o outro, ou, nas palavras de Benveniste: só é possível por contraste (BENVENISTE, 1988, p. 286). Ainda segundo o autor, “a condição de diálogo é que é constitutiva de ‘pessoas’, pois implica em reciprocidade” (BENVENISTE, 1988, p. 286). Um “eu” só pode constituir-se como tal se tiver um “tu”, que vai dar-lhe motivação para enunciar e ser, de fato, um “eu”. “Tu”, esse, que já é um sujeito constituído linguisticamente (sempre numa dimensão imaginária, desde o ponto de vista do “eu”). A polaridade eu-tu – intersubjetividade - se mostra fundamental para a linguagem, o que nos possibilita um processo de comunicação complexo e efetivo. A intersubjetividade é condição da subjetividade (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.34).

No entanto, o autor alerta que “essa polaridade não significa igualmente nem simetria”: “ego” está sempre em posição “mais alta” que “tu”. É ele que tem o poder de enunciar, enquanto “tu” está ali como “apoiador” de tal enunciação, afinal, não teríamos porque enunciar algo se não fosse para alguém. Apesar disso, um não existe sem o outro, são complementares e reversíveis. Reversíveis, pois assim formam o diálogo no qual num momento temos um “eu” e um “tu” e no momento seguinte, essa situação pode se inverter: “tu” vira “eu” para enunciar uma resposta (e “eu” vira “tu”).

Benveniste deixa claro que isso se refere realmente à linguagem em geral, e não às línguas particulares, e que aquilo que está igualmente em todas essas línguas se mostra linguagem: “uma língua sem expressão de pessoa é inconcebível” (BENVENISTE, 1988, p. 287). Segundo o autor, “a linguagem é, pois, a possibilidade da subjetividade pelo fato de conter sempre as formas lingüísticas apropriadas à sua expressão” (BENVENISTE, 1988, p. 289).

No texto “A natureza dos pronomes”, Benveniste aborda a constituição do sujeito na linguagem, a categoria de pessoa na língua e como se dá o ato de enunciação. Traz os dêiticos “eu” e “tu” não como elementos do léxico, mas como uma instância de discurso, necessária e característica da enunciação.

Há uma propriedade fundamental para a organização referencial dos signos de ‘eu’ e ‘tu’: o simples fato de se mostrarem virtuais e seus conceitos só se concretizarem com

seu uso, único e irrepitível, tendo cada vez sua referência própria, e correspondendo cada vez a um ser único. Benveniste, então, nos dá o conceito de ‘eu’: “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso (única e válida somente em sua unicidade) que contém ‘eu’.” (BENVENISTE, 1988, p. 278). Eis o porquê da singularidade do ato enunciativo tão brilhantemente mencionada no texto “O aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81), que é realizado sempre a partir do ‘eu’. No que diz respeito ao lugar do “tu”, o autor vai apresentá-lo como: “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística ‘tu’” (BENVENISTE, 1989, p. 279).

Benveniste coloca ‘eu’ e ‘tu’ em uma posição diferenciada, dizendo que essas definições representam “uma categoria da linguagem” e une ‘eu’ e ‘tu’ a “uma série de ‘indicadores’ que pertencem, pela sua forma e pelas aptidões combinatórias, a classes diferentes – uns pronomes, outros advérbios, outros ainda locuções adverbiais, que seriam os dêiticos”. (BENVENISTE, 1988, p. 279)

Há, portanto, outras formas de instanciar a enunciação, além dos pronomes pessoais. Por exemplo, os advérbios de espaço e tempo - aqui e agora - “delimitam instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém eu” (BENVENISTE, 1988, p. 279). Sabemos que esses indicadores dêiticos não se limitam às formas lexicais ‘aqui’ e ‘agora’, e, assim como ‘eu’ e ‘tu’, têm outros termos que tem a mesma ‘função’ ou relação, como “hoje”, “amanhã”, “daqui um mês”, etc.

O linguista sírio destaca que “o essencial é, portanto, a relação entre o indicador (de pessoa, tempo, lugar, objeto mostrado, etc) e a presente instância de discurso.” (BENVENISTE, 1988, p. 280). Podemos ver assim, que a referência ao “sujeito que fala” é expressa sempre.

Esse é outro ponto crucial da teoria de Benveniste: a referência ao ato enunciativo. Ao enunciar, a referência dessa enunciação é sempre ao sujeito que enuncia, e não ao mundo (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.36), às coisas (objetos, por exemplo) que esse indivíduo quer ressaltar. O ato de enunciar é sempre realizado a partir da perspectiva deste sujeito em relação ao mundo (a linguagem é um constructo singular, e não a realidade absoluta). Ou seja, o objetivo da enunciação é estabelecer uma relação deste sujeito com o mundo, portanto, inevitavelmente, em seu enunciado poderemos sempre perceber as marcas dele mesmo. Isso é a referência para Benveniste.

A diferença entre pessoa e não-pessoa na enunciação está no tipo de referência estabelecida. Os pronomes ‘eu’ e ‘tu’ pertencem a categoria de pessoa, pois são definidos na

própria instância de discurso (diferentes a cada enunciação), tendo uma referência subjetiva. Já o ‘ele’ (todo o resto que não os pronomes ‘eu’ e ‘tu’) pertence a categoria de não-pessoa, pois “tem por função combinar-se com uma referência objetiva de forma independente da instância enunciativa que a contém” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.39). Entretanto, em “O aparelho formal da enunciação”, um dos últimos textos de Benveniste, essa dupla referência se desfaz, e Benveniste cria um mecanismo de referência único. Mesmo os signos que pertencem à sintaxe da língua (dando a ilusão de já terem seus significados previamente existentes) podem tomar outros significados no ato de enunciação. Além de que “o sistema de referência é visto como um elemento constitutivo da língua” (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.40), ou seja, a língua só é língua quando enunciada e referenciada: “assim, o centro de referência passa a ser apenas um: o sujeito e sua enunciação”. (FLORES e TEIXEIRA, 2005, p.40)

A real natureza dos pronomes é resolver o problema da comunicação intersubjetiva, e o seu papel é basicamente converter a linguagem em discurso (pensamento com signos linguísticos), possibilitando a condição de diálogo.

Podemos perceber que os textos de Benveniste se complementam. Assim, em “O aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81), ele explica essa espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas. Isso nada mais é do que a marcação da subjetividade na estrutura da língua. E então, toda a língua seria dêitica:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 83-84).

Assim, toda a língua é dêitica, visto que precisa ser referida ao sujeito da instância do discurso para ter sentido. Flores & Teixeira (2005, p. 42) ainda dizem que, desta forma, Benveniste apaga as fronteiras entre o sistema língua e a fala de um sujeito. Esse mecanismo de referência pensado por ele constitui tanto língua como fala, sendo, dessa forma, uma importante teoria para analisar ambas as instâncias.

O presente trabalho buscará, em seu desenvolvimento, revisitar esses importantes pressupostos benvenistianos indagando a pertinência dessas bases teóricas a uma língua de modalidade visuoespacial, a LIBRAS.

4. A LIBRAS SOB A ÓTICA DA TEORIA BENVENISTEANA

Os surdos tem uma grande identificação com a sua língua (DIZEU E CAPORALI, 2005; PERLIM E MIRANDA, 2003). A língua de sinais se diferencia da oral¹² em modalidade: o ato enunciativo se dá via sinais físicos captados pela visão e isso traz uma experiência visuoespacial linguística que difere até na forma de pensar de surdos e ouvintes¹³:

Não queremos dizer que a audição do surdo está sendo substituída por sua visão, mas que as características específicas dos surdos e dos ouvintes levam cada um a criar um caminho diferente para a apreensão da realidade objetiva e a estabelecer uma forma prioritária de comunicação nas interações sociais que realizam. (RABELO, 2006, p.381)

Ou seja, ser falante de uma determinada língua já é uma marca subjetiva nos sujeitos que a utilizam e que foram nela constituídos. Cada língua tem especificidades relacionadas às demandas da comunidade linguística que a utiliza e recursos próprios para seu funcionamento, que influenciam na experiência linguística vivida pelos surdos, que é visual (PERLIM E MIRANDA, 2003), e que, se transportados para outra língua, podem não funcionar para o objetivo ao qual se propõe.

Lodi (2004) traz uma concepção de língua como uma corrente evolutiva ininterrupta, não podendo ser considerada isoladamente de sua história, e então, “considera-se

¹² Acreditamos que as línguas de sinais devem ser analisadas de sua própria forma, e não só em comparações com a língua oral, pois de fato, há demandas e questões referentes a língua que não existem na outra. Entretanto, neste estudo usaremos muito a comparação com a língua oral como metodologia de análise, devido a autora não ser fluente em LIBRAS e com o objetivo de partirmos de um início. Como conhecemos a língua oral mais de perto, usaremos não só, mas também esse recurso para percebermos o que é relativo a ser uma língua e o que é relativo a ser uma língua de modalidade oral ou visuoespacial.

¹³ A forma de pensar de ouvintes falantes de duas línguas orais diferentes já é bem diferente, no sentido linguístico e cultural. Uma mudança de modalidade de língua traz ainda mais diferenças, que precisam ser melhor investigadas, mas um exemplo disso é trazido por Sacks (2007, p.174): “crianças ouvintes filhas de pais surdos, que aprendem a língua de sinais como primeira língua e apresentam notáveis intensificações visuais apesar de ouvintes, podem ser não apenas bilíngues, mas “bimentais”, no sentido de terem acesso a, ou usarem, dois modos muito distintos de funcionamento mental”. Sacks (2007, p. 171) também traz palavras do poeta surdo, David Wright (1969, p. 112), que discorre sobre a diferença entre um ouvinte, que sabe quando alguém que está no telefone vai desligar através da entonação da voz e das palavras, e um surdo que o sabe por perceber o momento que se formou a intenção de devolver o telefone ao gancho: “ele nota a mudança da mão que segura o instrumento, a mudança de postura, a cabeça afastando-se um milímetro do receptor, um ligeiro mexer dos pés e aquela alteração de expressão que indica uma decisão tomada. **Isolado das pistas auditivas, ele aprende a ler os mais tênues indícios visuais**” [grifo nosso].

assim, que a palavra [...] sofre transformações dependendo do grupo social que a usa, ela se altera segundo o contexto discursivo que a integra” (LODI, 2004, p. 287). Essa grande identificação dos surdos com sua língua pode ser interpretada muito pelo fato de que essa língua foi inclusive proibida¹⁴. A história mostra que os surdos foram discriminados durante anos pelos ouvintes e ainda hoje ocorre de a surdez ser tratada através de uma visão que a considera uma patologia.

Talvez por isso eles usem maneiras mais indiciais para de fato “falarem”¹⁵. Em uma língua oral existe uma voz dizendo eu: o indicial é uma pessoa usando sua própria voz. ‘Eu’ não é indicial, mas quando ocorre uma enunciação, é um fato (no espaço/tempo, inclusive) que tem alguém dizendo (através de segmentos fônicos que nessa enunciação adquirem valor específico) ‘eu’. Já na LIBRAS, o ‘eu’ que diz ‘eu’ tem o corpo de um sujeito usando um movimento espacial para tal, e apontando fisicamente (através do sinal de ‘EU’: mão fechada com o dedo indicador apontando para si mesmo na altura do peito).

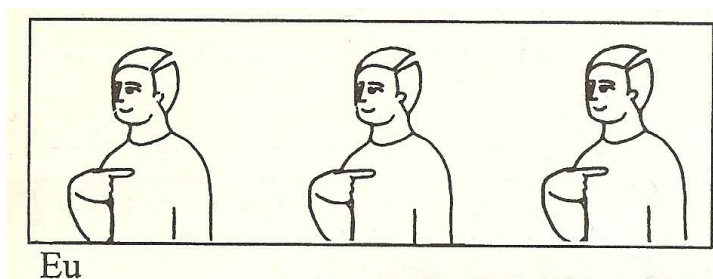


Figura nº 3. Representação do signo “eu” em LIBRAS.

Fonte: CAPOVILLA, RAPHAEL E MACEDO, 1998, p. 55

A voz é efêmera, se perde depois de usada. O gesto tem uma força indicial mais explícita (o fato no espaço/tempo é ainda mais evidenciado) e na LIBRAS pode inclusive deixar marcas da enunciação no espaço (no quadrante de enunciação que existe à frente do locutor) para a continuação do discurso. Nesse aspecto, podemos ver a possibilidade da ambiguidade do discurso diminuída na LIBRAS em relação à fala oral. Como no exemplo de

¹⁴ Uso da língua de sinais em escolas foi oficialmente abolido em 1880, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos realizado em Milão, sendo imposto o oralismo como filosofia educacional para o ensino de crianças surdas. (SACKS, 2007, p. 35)

¹⁵ Neste trabalho, “falar” é sinônimo de colocar a língua em funcionamento, se expressar através da língua.

Quadros (1997): na frase “Paulo contou a João que sua mulher caiu” não sabemos de qual deles é a mulher que caiu. Em LIBRAS isso fica mais explícito visto que:

PAULO(a) CONTAR JOÃO(b) MULHER DELE(a) CAIU ou ainda,
 PAULO(a) CONTAR JOÃO(b) MULHER DELE(a) CAIU.

Nessas frases em LIBRAS, Paulo e João e a Mulher são fixados em pontos no espaço, e ao fazer o sinal de MULHER, o locutor liga o ponto onde fixou mulher ao ponto onde já havia fixado Paulo, no caso da primeira, e João, no caso da segunda.

A força do espaço na LIBRAS, e o gesto sendo mais indicial, é visto inclusive a olho nu por um terceiro de fora do discurso. Se há duas pessoas paradas falando LIBRAS e outras duas falando a língua oral, estando distante delas, não sabemos se as falantes da língua oral estão falando, a não ser que possamos ver o movimento da boca delas. Já as que estão sinalizando LIBRAS vemos de longe que está ocorrendo uma troca discursiva entre aquelas pessoas. A voz não tem ilustração, o sinal é imagem e movimento. No diálogo em LIBRAS podemos perceber a troca da pessoa referida na instância de discurso só ao observar a interação: quem está parado é o ‘tu’ em relação a quem está se movimentando é o ‘eu’ e isso se alterna, ocorrendo as trocas dialógicas.

O uso de signos dêiticos na LIBRAS é descrito por Moreira (2007), focando nos pronomes pessoais e verbos indicadores. Entretanto, ao usar a teoria benvenistiana, a autora não a utiliza em sua totalidade (até porque não utiliza só esta em seu trabalho, e sim várias teorias da enunciação, a benvenistiana não é seu foco), pois não comenta sobre o aparelho de referenciação única exposto por Benveniste em “o aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81) que coloca toda a língua como dêitica. Mas sobre os pronomes, um exemplo de análise é a dos pronomes VOCÊ (ou TU) e ELE. Esses pronomes em LIBRAS tem a mesma configuração. A diferença entre eles é para onde apontam: para o alocutário ou para um referente (que pode estar presente ou ausente, e nesse caso aponta-se para um ponto no espaço usado como referência dessa pessoa). Algo que depende, então, do contexto do ato enunciativo.

O indivíduo surdo que utiliza a LIBRAS (ou outra língua de sinais) é mais uma prova de que nós só falamos para alguém, de algo. Mesmo sem a condição mais usual, de ouvintes, os surdos desenvolvem uma língua própria para ter uma troca discursiva com o outro. Inevitavelmente, para falar (aqui usado como expressão da linguagem, ou seja, sinalizar

também é contemplado nesse conceito) com alguém, o surdo é obrigado a ocupar uma posição de sujeito no discurso (um ‘eu’ falando para um ‘tu’ de um ‘ele’). Isso porque ele (na aquisição da linguagem) criou uma consciência de ser separado do resto do mundo, a consciência de ser um indivíduo, o próprio conceito de ser. Segundo Benveniste, é só através da linguagem que essa subjetividade é possível (BENVENISTE, 1988, p. 289). Inclusive, podemos vislumbrar isso na aquisição do sinal de ‘EU’ pelas crianças surdas filhas de pais surdos. Tanto os bebês ouvintes quanto os surdos produzem balbucios vocais e gestuais¹⁶. A medida em que se inserem em uma língua – quando são supostos sujeitos pelo outro e começam sua constituição naquela língua – passam a aprimorar o balbucio dessa língua, eliminando o outro.

No balbucio gestual se encontra o apontamento, usando como signo na LIBRAS para o ‘EU’ e para o ‘TU’ (eu apontando para si e tu apontando para o interlocutor no discurso), e quando a criança percebe que esse apontamento na verdade tem uma maior carga linguística, ela para de fazê-lo, recomeçando a produzi-lo quando compreende o valor real desse signo dentro da LIBRAS, ou seja, de acordo com Saussure (2006), em relação com os demais. A consciência e o pensamento organizado, na visão de Benveniste, só são possíveis por meio desta constituição na linguagem e pela linguagem. E essa constituição da subjetividade só é possível através da intersubjetividade, da condição de diálogo que ela manifesta (BENVENISTE, 1988, p. 286).

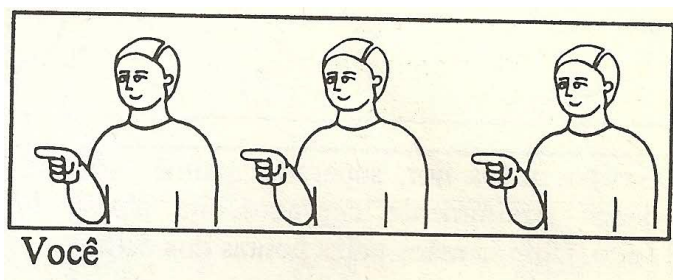


Figura nº 4. Representação do sinal de “você” ou “tu” em LIBRAS.

Fonte: CAPOVILLA, RAPHAEL E MACEDO, 1998, p. 57

¹⁶ Período considerado como pré-linguístico por Quadros (1997). Entre 0 e 12 meses.

Sobre a diferença linguística entre o apontamento na língua oral e na LIBRAS, Moreira (2007) traz:

As línguas orais também utilizam gestos de apontamento para indicar referentes presentes no momento da enunciação, e esses gestos podem ser produzidos ao mesmo tempo em que se pronunciam os pronomes pessoais (os pronomes eu, tu e ele), por exemplo. Mas, nessas línguas, o canal de produção de gesto é um, e o da produção de elementos linguísticos é outro. Diferentemente, nas línguas de sinais, língua e gesto são produzidos no mesmo espaço físico, e é muito difícil distinguir, de um lado, os elementos que formam os sinais e são discretos, e de outro, elementos que são gestuais. (MOREIRA, 2007, p. 34)

Ou seja, na língua oral o apontamento pode ser um recurso linguístico para apoiar a fala oral. Mas isso é diferente da LIBRAS, visto que nela o apontamento é a fala em si.

Voltando à importante condição dialógica necessária para a constituição do sujeito, na LIBRAS, a convocação forte para o diálogo que traz uma pergunta – que na língua oral se dá através da prosódia – se dá através de um aspecto visual: a expressão facial. Também podemos perceber essa constituição na aquisição da linguagem das línguas de sinais: a mãe modifica o sinal para um melhor entendimento da criança assim como na fala oral (PIZER, MEIER & POINTS, 2011). Esses sinais tendem a ser mais amplos, claros e lentos; as sentenças são mais curtas e mais repetitivas, o que pode se comparar ao *manhês*¹⁷. Os autores Pizer, Meier & Points (2011) também ressaltam a importância da capacidade de atenção visual de um bebê para a aquisição de uma língua de sinais: eles devem entender aos poucos quando olhar para quem está sinalizando e seus pais devem esperar o olhar do filho para sinalizar, e fazê-lo de modo a chamar sua atenção. Além de imprescindível para a comunicação, o olhar na LIBRAS é muito sutil. Ele é definidor de sentido na instância de discurso: de acordo com Quadros (1997, p. 53) ao produzir o sinal de apontamento para frente (mão fechada com dedo indicador apontando para a frente do locutor), se o sinalizador olhar para o interlocutor, esse é o sinal ‘TU’ (segunda pessoa do singular) e se olhar para outro ponto neutro no espaço, significa ‘ELE’ (terceira pessoa do singular).

Pizer, Meier & Points (2011) destacam que, em seu estudo, as mães inclusive ajustaram a sua sinalização nos seguintes aspectos: inclinações do corpo em direção ao campo visual da criança; moldagem do sinal; locação (deslocamento e a sinalização no corpo da

¹⁷ O *manhês* é uma forma específica de discurso dirigida mundialmente pelas mães para seus bebês. É uma fala melodiosa que possui características próprias como “prolongamento das vogais, que a torna mais lenta e sonora, aumento da frequência, que a faz mais aguda, e glissandos característicos que a tornam mais musical.” (LAZNIK E PARLATO-OLIVEIRA, 2006, p. 58).

criança); e movimento (repetição, alongamento e ‘ampliação’ do sinal). O movimento se compara então ao manhês, e regula a informação para a capacidade perceptiva da criança. Já a locação de um sinal pode ser modificada de um local para outro no corpo da mãe (para o bebê conseguir ter visibilidade do sinal, por exemplo) e pode ser também do corpo da mãe para o da criança: a mãe faz o sinal no corpo da criança em vez de fazer no dela. As primeiras fases da relação entre mãe e bebê ouvintes são muito marcadas pela fala da mãe dirigida ao bebê. Como o bebê não consegue ainda falar “de fato”, a mãe fala por ele, emprestando-lhe suas capacidades linguísticas para que ele possa ocupar o lugar de ‘eu’ na estrutura enunciativa, mesmo que a criança ainda não consiga fazê-lo. A mãe, então, supõe um sujeito na criança e é isso que fará com que ela aceda a essa posição. Na língua de sinais aparentemente ocorre o mesmo: mãe faz o sinal no corpo da criança gerando além da experiência visual, até uma sensação tátil, coisa que na língua oral podemos atribuir ao efeito da voz da mãe nas no bebê.

O ato de enunciar na LIBRAS também é sempre realizado a partir da perspectiva do sujeito que enuncia em relação ao mundo e ele sempre deixa marcas dele mesmo em seu enunciado. E assim como na língua oral a voz é uma dessas grandes marcas (FLORES E SURREAUX, 2012), a LIBRAS tem parâmetros que podem ser aproximados aos vocais. A expressão facial e corporal são parâmetros da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica na LIBRAS. Esses parâmetros de movimentos geram interpretações sobre o sujeito que enuncia. Eles são singulares: dizem sobre a representação que esse sujeito faz de si mesmo.

O Movimento (M) dos sinais, juntamente com as Expressões não-manuais (ENM) – movimentos corporais, expressões faciais e o olhar – são traços distintivos fonológicos e lexicais em LIBRAS. Eles podem ser comparáveis à voz na língua oral, pois a voz também tem esse poder de distintividade. Assim como uma voz pode ter uma intensidade aumentada, se o movimento do sinal é forte e rápido, isso intensifica aquele sinal visualmente. Os movimentos e expressões não-manuais apresentam vários parâmetros observados, como por exemplo: suave/forte, rápido/lento, preciso/impreciso. A imprecisão de um movimento pode ser associada a distúrbios articulatórios, que também existem em LIBRAS. Um exemplo de precisão excessiva no contexto do discurso é quando alguém destaca o nome de um indivíduo importante no discurso dela: para um melhor entendimento do nome da pessoa, o locutor faz

sinais precisos e lentos usando o alfabeto manual. Isso gera sensações nos outros sobre a sinalização do indivíduo¹⁸, e é nada mais do que as marcas dele em seu próprio enunciado.

No ato enunciativo em LIBRAS podemos ver que a significação dos sinais também ocorre no momento da referência ao sujeito que enuncia (quando o locutor ocupa o lugar de ‘eu’ no seu discurso). Exemplo disso é mostrado por Rabelo (2006), onde em uma narrativa, ocorre uma mudança da locação do sinal em virtude do contexto. O signo “PESSOA” é realizado com “as duas mãos em P, cada uma de um lado do corpo, com as palmas para baixo, que se moviam paralelas ao corpo dos ombros até a altura dos joelhos”. Em seu estudo, ao analisar a narrativa em LIBRAS de um sujeito específico, a autora constatou que esse sinal sofreu um ajuste singular ao ser realizado “apenas com a mão direita em forma de P, palma para trás, deslizando a ponta do dedo médio na testa, da esquerda para a direita.” (RABELO, 2006, p. 378).

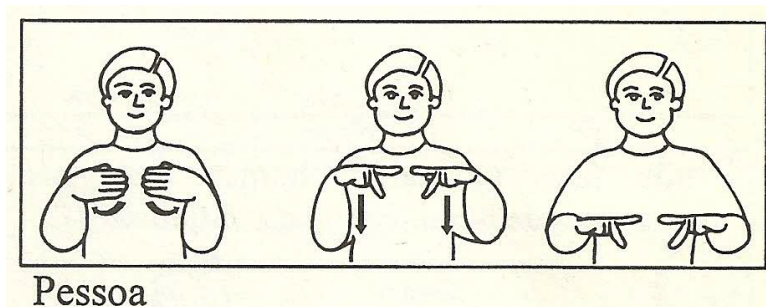


Figura nº 5. Representação do sinal de “pessoa” em LIBRAS.

Fonte: CAPOVILLA, RAPHAEL E MACEDO, 1998, p. 61

Conjuntamente, até a sintaxe (em LIBRAS, espacial) é distintiva e referenciada no e pelo ato enunciativo. A ordem dos elementos na frase indica significado: um sinal feito primeiro indica o que é mais relevante dentro do discurso: “cair+menino+chorar (quando o tombo é que foi grande); [...] chorar+cair+menino (quando o berreiro é que foi grande).” (RABELO, 2006, p. 378). A frase tem os mesmos elementos lexicais, mas a posição deles no discurso (um em relação com o outro) traz um sentido diferente a cada ato enunciativo.

¹⁸ Assim, também é evidenciada na LIBRAS a existência do *pitch* e do *loudness*, ou seja, a sensação produzida pela voz do locutor no seu interlocutor, em relação a frequência e intensidade, respectivamente. A diferença é que esses parâmetros em LIBRAS são visuais, enquanto que nas línguas orais são auditivos.

O olhar e a expressão corporal são traços distintivos no ato enunciativo em LIBRAS. Lodi (2004) faz uma análise enunciativa do gênero conto de fadas em LIBRAS, analisando narrações. Percebemos que o olhar é quase tão forte quanto apontar para um ponto no espaço. Um exemplo é quando ao narrar a história dos três porquinhos, um narrador os referencia em pontos no espaço, e ao se referir a um deles depois, somente olha para aquele ponto e novamente lança o olhar para quem está acompanhando a narrativa, e aí fala sobre o porquinho em questão (LODI, 2004, p. 303).

Em uma narração em LIBRAS, é interessante a separação da voz do narrador e do personagem por marcas discursivas (e realizadas no momento do ato enunciativo), tais como: uso diferenciado do espaço de enunciação, presença do discurso indireto (do narrador) e discurso direto (dos personagens) e marcar discursivas verbais (uso dos pronomes pessoais) e não verbais (jogo de olhar, direcionamento dos movimentos dos sinais) (LODI, 2004, p. 306). Entretanto, essas marcas são muito subjetivas, no sentido de delimitar em qual enunciado serão realizadas tais marcas. Não há uma regra para isso, o que nos mostra que essas marcas até em um gênero específico são subjetivas, e, portanto, individuais.

Com essas análises, ainda que embrionárias, pudemos perceber que a teoria benvenistiana possibilita uma reflexão sobre o sujeito e a língua, quando se trata de analisar um língua de sinais, particularmente nesse trabalho, a LIBRAS. No campo da Fonoaudiologia, os estudos em LIBRAS ainda estão engatinhando, mas já temos alguns métodos de avaliação de linguagem na LIBRAS – como o de Cruz (2008) – entretanto, ainda é muito tímida a reflexão sobre intervenção clínica e LIBRAS. Nesse sentido, buscou contribuir para os estudos dessa área, com o objetivo de os surdos terem essa opção de tratamento de linguagem com LIBRAS, se assim precisarem e quiserem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a reflexão acerca da LIBRAS à luz dos pressupostos da teoria benvenistiana por nós proposta, podemos concluir que, de acordo com essa perspectiva teórica, a LIBRAS é uma língua tanto quanto uma língua oral, com suas especificidades, devido à diferente modalidade linguística (visuoespacial).

A LIBRAS possibilita (para os surdos, como nenhuma outra língua) a constituição do sujeito como falante, mediante instauração da intersubjetividade. Portanto, obviamente, faz-se necessário um cuidador fluente em LIBRAS para que uma criança adquira-a, e que esse cuidador mantenha situações de diálogo efetivas com a criança.

Na LIBRAS, o ato enunciativo também é único e irrepetível, já que a cada enunciação a língua é atualizada singularmente por seu locutor no tempo/espaço. O espaço é ainda mais relevante na LIBRAS do que nas línguas orais, visto que ele está visceralmente ligado ao discurso, o que o faz variar ainda mais.

Uma conclusão importante que devemos expor a partir desse trabalho é a importância de desmistificar o trabalho do fonoaudiólogo com os surdos. Claro que a abordagem audiológica, mais tradicionalmente ligada à surdez, é essencial, até para o diagnóstico da surdez e análise do aproveitamento clínico dos restos auditivos. Todavia, também é função do fonoaudiólogo a avaliação e terapia de linguagem, que, na população surda que utiliza a LIBRAS, deve vir a ser necessária (ou fundamental!). Visto que muitos surdos encontram a existência da língua de sinais mais tarde no seu desenvolvimento, muitos necessitam dessa avaliação e, às vezes, de uma ajuda específica para se apropriar de fato da LIBRAS.

Benveniste não incluiu em sua obra a modalidade visuoespacial, mas com este trabalho, apesar de embrionário, podemos ver que sua proposta teórica também pode contribuir para o estudo dessas línguas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 20 de Dezembro, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acessado em: 11 de Dezembro de 2014.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Publicada no Diário Oficial da União em 10 de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> Acessado em: 11 de Dezembro de 2014.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de Abril, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acessado em: 11 de Dezembro de 2014.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Publicado no Diário Oficial da União em 23 de Dezembro, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acessado em: 11 de Dezembro de 2014.

CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., MACEDO, E. C. *Manual Ilustrado de Sinais e Sistema de Comunicação em Rede para Surdos*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1998.

CRUZ, C. R. *Proposta de instrumento de avaliação da consciência fonológica, parâmetro configuração de mão, para crianças surdas utentes da língua de sinais brasileira*. Dissertação de mestrado em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

DANESI, M. C. *O admirável mundo dos surdos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2ª ed., 2007.

DIZEU, L. C. T. B.; CAPORALI, S. A. *A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito*. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005.

FLORES, V. N.; SURREAUX, L. M. *A voz e a enunciação*. Estudos da linguagem sob a perspectiva enunciativa. NEUMANN, D.; DIEDRICH, M. (Orgs.). Passo Fundo: Méritos, 2012.

FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução á Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FRYDRYCH, L. A. K. *Transcrição da interpretação para libras: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre: UFRGS, Trabalho de Conclusão de Curso, 2010.

_____. *O estatuto lingüístico das línguas de sinais: a libras sob a ótica saussuriana*. Dissertação de metrado em Teorias do Texto e do Discurso do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

GALLAUDET UNIVERSITY, home page. Disponível em < <http://www.gallaudet.edu/> >. Acesso em: 23 de Outubro de 2014.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*. São Paulo: Plexus Editora, 5ª Ed., 2002.

LAZNIK, M. C.; PARLATO-OLIVEIRA, E. *Quando a voz falha*. Revista Mente e Cérebro: a mente do bebê, (4), 58-65, 2006.

LODI, A. C. B. *Uma leitura enunciativa da língua brasileira de sinais: o gênero contos de fadas*. DELTA, São Paulo, v. 20, n. 2, Dec. 2004.

MOREIRA, R. L. *Uma Descrição da Dêixis de Pessoa na Língua de Sinais Brasileira: Pronomes Pessoais e Verbos Indicadores*. Dissertação de mestrado em Semiótica e Linguística Geral do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

PERLIM, G.; MIRANDA, W. *Surdos: o narrar e a política*. Ponto de Vista, Florianópolis, n.05, p. 217-226, 2003.

PIZER, G.; MEIER, R.; POINTS, K. *Child-directed signing as a linguistic register*. In: Formational Units in Sign Language. CHANNON, R.; HULST, H. De Gruyter Mouton – Ishara Press, 2011. p. 65-83.

QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABELO, A. S. *LIBRAS: aspectos lingüísticos e uso na terapia fonoaudiológica bilíngue*. Estudos, Goiânia, v. 33, n. 5/6, p. 369-384, maio/jun. 2006.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTANA, A.P. *Surdez e Linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas*. São Paulo: Plexus, 2007.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

SISTEMA DE CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FONOAUDIOLOGIA. *Manual de Procedimentos em Audiometria Tonal, Logaudiometria e Medidas de Imitância Acústica*. Fev., 2013.

SOLÉ, M. C. *No princípio era a voz da mãe*. In: VORCARO, A. *Quem fala na língua? Sobre as psicopatologias da fala*. Salvador: Ágalma, 2004, p. 264 – 284.